

GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DE GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NA BRASKEM APÓS A EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA EM MACEIÓ

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a sustentabilidade tem ganhado cada vez mais destaque internacional (RIBEIRO, 2017). A sociedade e as organizações passam por tempos de mudanças de paradigmas ambientais, sociais, econômicas, políticas, de governança e culturais (ELKINGTON, 2012; NETO *et al.*, 2022). Diante dessas pressões sociais, as empresas têm aumentado sua responsabilidade quanto ao impacto de suas operações e assim implementando nas pautas de materialidade ações de Responsabilidade Social Corporativas (RSC) e programas de sustentabilidade (JAMES, 2014; PEREIRA, PEREIRA e MONTEIRO, 2015).

Ribeiro (2010) menciona que de um lado, existe a busca por lucros empresariais crescentes e de outro, observa-se um aumento na demanda por processos corporativos menos impactantes. Nesse contexto, Silva e Reis (2011) destacam que os problemas socioambientais emergentes estão levando as organizações a adotarem uma "postura mais cuidadosa". Essa preocupação pode ser resultado do desenvolvimento de uma legislação ambiental e da crescente exigência do mercado e da sociedade por uma atividade empresarial menos agressiva ao meio ambiente (JAMES, 2014). Em decorrência disso, nos últimos anos, surgiram diversas práticas organizacionais voltadas para a mitigação das externalidades ambientais (SILVA e REIS, 2011; RIBEIRO, 2017).

A preocupação com a escassez de recursos e o possível comprometimento da continuidade dos negócios, além da intensa pressão social que tem impactado cada vez mais ações sustentáveis no mercado financeiro, ou seja, ações que satisfaçam a necessidade do presente sem comprometimento das gerações futuras (ONU, 2022). Um exemplo disso é a criação de carteiras de sustentabilidade empresarial como o Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3 (ISE B3) e a divulgação voluntária do relato integrado pelas instituições, visando mostrar aos interessados, o comprometimento dessas organizações com as melhores práticas de desenvolvimento sustentável mais transparente (BUITENDAG, FORTUIN e DE LAAN, 2017)

Dessa forma, o mercado financeiro se destaca pelo papel fundamental que desempenha, especialmente na perspectiva dos investidores, que o veem como um ambiente tradicionalmente seguro (IUDÍCIBUS *et al.* 2022). Pode-se dizer que funciona como um mecanismo de asseguração, permitindo que os investidores analisem o cumprimento das responsabilidades sociais, a governança, e o desempenho ético e ambiental (NETO *et al.* 2022). Isso é possível graças à pressões sociais pelos reportes de informações socioambientais das organizações inseridas nesse mercado (KING e ATKINS, 2016).

Contraopondo esses argumentos, percebe-se nos últimos anos, diversos desastres de cunho socioambiental no Brasil decorrentes de atividade empresariais. Exemplo disso, é o ramo da mineração, o qual vieram à tona no Brasil, com os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, da companhia Vale S.A, a discussão sobre o caráter cancerígeno do amianto explorado em Goiás pela Eternit, e o acidente geológico no estado de Alagoas, resultante da exploração de sal-gema pela Braskem, cujo fato será objeto de análise deste estudo. Esses eventos chamaram a atenção dos *stakeholders* para a importância de uma averiguação prévia e

detalhada dos riscos e da necessidade de um monitoramento contínuo das atividades desenvolvidas (NETO *et. al.* 2022).

Diante do contexto, surge a questão de pesquisa que irá nortear esse estudo: Como foram reportados a política de riscos empresariais da companhia Braskem, antes e após o caso Maceió. Para tanto, o objetivo geral desse estudo consiste em analisar a política de riscos empresariais da companhia Braskem, antes e após o caso. A escolha do setor que será objeto de análise se deu pelo fato de que o evento causado em 2018 em Maceió expôs discrepâncias entre as práticas sustentáveis informadas pela empresa e a realidade, destacando a necessidade de uma análise das demonstrações que são enviadas aos *stakeholders* e do que realmente acontece. Levando em consideração que o setor petroquímico é um dos segmentos mais expressivos e dinâmicos da indústria química nacional, caracterizado pelo uso intensivo de recursos naturais e pela geração de grandes volumes de resíduos, que podem impactar negativamente aspectos sociais e ambientais.

A pesquisa justifica-se em âmbito acadêmico e profissional. A justificativa acadêmica se dá mediante a contribuição para a literatura acadêmica, analisando as práticas declaradas por uma empresa de grande porte. E, profissional pela investigação de uma empresa do “mundo real” alerta a necessidade de práticas empresariais verdadeiramente sustentáveis, incentivando maior transparência e consistência entre ações e comunicações corporativas. A pesquisa serve como exemplo prático na educação de futuros profissionais sobre ética, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

2 REFERÊNCIAL TEORICO

2.1 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE

A elaboração de relatórios de sustentabilidade se tornou uma prática comum e crescente nas grandes organizações ao redor do mundo desde o final da década de 1990 (INSTITUTO ETHOS, 2012). Para citar alguns reportes desse cunho tem-se o balanço social (INSTITUTO ETHOS, 2012), a Demonstração do Valor Adicionado – DVA (CPC 09, 2008), o Relato Integrado e os Relatórios de Sustentabilidade (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2022). Tais informes contábeis são de adesão voluntária e têm evoluído em conformidade com as tendências do mercado (CAMPOS *et al.*, 2013).

Entretanto, Silva e Reis (2011) observam que o discurso de muitas organizações, por meio de documentos disponibilizados em seus sites e relatórios de sustentabilidade, frequentemente se limita à construção de uma imagem positiva da empresa. Esses documentos destacam o apoio a projetos socioambientais e atividades que agregam valor para os acionistas, sem demonstrar uma preocupação genuína com as futuras gerações, conforme proposto pela definição do WECD na década de 1980.

Constatou-se que o objetivo principal é atrair e reter investidores (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2022). Além disso, concluiu-se que os relatórios de sustentabilidade, em geral, utilizam técnicas específicas em sua elaboração que permitem enfatizar ações positivas e mascarar aquelas de caráter negativo (SILVA e REIS, 2011).

Algumas organizações optam por uma abordagem mais conveniente, escolhendo promover um discurso verde utilizando ferramentas de *marketing* verde, mas sem realmente agir de acordo, em uma prática conhecida como *greenwashing* (Andréoli; Batista, 2020). Em

essência, o *greenwashing*, ou "lavagem verde", consiste em uma estratégia puramente publicitária, utilizada como uma distração para confundir ou enganar os consumidores ao apresentar informações falsas sobre o compromisso ambiental das organizações, maquiando ou mascarando tanto o produto quanto a própria empresa (PARGUEL, BENOÎT-MOREAU e LARCENEUX, 2011). Todavia, algumas práticas foram criadas, aprimoradas ao longo dos anos e tidas como boas práticas do mercado tal como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Mensurando o retorno em média de ações de empresas de capital aberto que operam no Brasil, presentes na B3, o ISE regula as práticas sustentáveis e direciona as abordagens adequadas para uma performance mais responsável em relação aos efeitos sobre o equilíbrio e o meio ambiente. (MARTINEZ e RAMALHO, 2017). O índice consiste em um questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV), o qual é respondido pelas empresas participantes da carteira, com o objetivo de avaliar o comprometimento delas em realizar ações de sustentabilidade empresarial (ANDRADE *et al.*, 2013).

Para fazer parte da carteira do ISE, as empresas devem cumprir diversos critérios simultaneamente, sendo classificadas por um Conselho específico presidido pela BMF&Bovespa, responsável pelo desenvolvimento do Índice (B3, 2023). As empresas listadas com maior volume de negociação nas 200 ações nos últimos 12 meses serão avaliadas de acordo com seu desempenho. Isso inclui a publicação dos reportes contábeis, a análise dos produtos fornecidos para garantir que não causem riscos ou danos à saúde dos consumidores, e o alinhamento com práticas sustentáveis na tomada de decisões. Além disso, é necessário que a empresa tenha participado de pelo menos 50% dos pregões nos 12 meses anteriores ao início do processo de reavaliação, como critério adicional para inclusão no ISE (Bovespa, 2016)

As companhias listadas no índice ISE B3 estão sujeitas a três regras básicas para serem retiradas da lista: (i) deixar de atender aos critérios de inclusão; (ii) ser listadas em situação especial durante a vigência da carteira; ou (iii) se envolverem em incidentes que as tornem incompatíveis com os objetivos do índice. A B3 monitora esses incidentes com a ajuda da RepRisk, que analisa informações públicas sobre riscos ambientais, sociais e de governança. Caso um incidente seja identificado, a B3 avalia os impactos e pode excluir a empresa da carteira, impedindo sua reintegração pelos dois anos seguintes ao primeiro rebalanceamento após a exclusão (B3, 2023).

No dia 8 de dezembro de 2023 a foi comunicado a exclusão das ações da Braskem da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Devido à situação de emergência declarada pela Prefeitura de Maceió, no Estado de Alagoas (AL), relacionada a uma mina da Braskem, a B3 deu início, em 01/12/2023, ao Plano de Resposta a Eventos ESG vinculados ao ISE B3. Essa decisão foi fundamentada nos quatro pilares delineados no Plano de Resposta: 1. O impacto ESG da crise, 2. A gestão da crise pela empresa, 3. O impacto na imagem da empresa decorrente da crise e 4. A resposta da empresa à crise. (B3, 2023)

A decisão foi tomada como a aplicação das diretrizes estabelecidas na metodologia do ISE B3, conforme descrito no item 5.3: que prevê a exclusão de ativos que, durante o período de vigência da carteira, estejam envolvidos em incidentes que os tornem incompatíveis com os objetivos do ISE B3, de acordo com os critérios estabelecidos na política de gestão de riscos do índice.(B3, 2023)

3. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a política de riscos empresariais da companhia Braskem, antes e após o caso. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica, cujas análises dos dados foram conduzidas com base na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). O que permitiu um exame dos relatórios financeiros e de risco da Braskem nos anos de 2018, 2019 e 2020, com foco nos fatores de risco declarados pela empresa e nos acontecimentos sobre a tragédia ambiental em Maceió. A análise dos formulários de referência e dos relatos integrados evidenciou uma omissão nos relatórios da empresa antes do desastre, especificamente aos riscos socioambientais relacionados à extração de sal-gema.

Os resultados indicam que, no período anterior à tragédia, a Braskem não fez menção explícita dos riscos geológicos associados à sua operação em Maceió. Essa omissão sugere que a empresa não priorizou ou não considerou relevante informar seus *stakeholders* sobre os riscos significativos de suas operações, contrariando as diretrizes de transparência e governança exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em contrapartida, a partir de 2019, após o acidente, a Braskem passou a reconhecer formalmente a extração de sal-gema como um risco relevante, incluindo a questão nos formulários de referência e no relato integrado, demonstrando uma tentativa de correção de sua postura.

Essa postura pode ser interpretada como uma resposta reativa à crise, onde a empresa só reconheceu publicamente o problema após os danos já estarem amplamente visíveis e causarem grandes prejuízos à comunidade e à imagem da companhia. Esse fato levanta sérias questões sobre a responsabilidade social e ambiental da empresa, e sobre a eficácia dos mecanismos voluntários de governança e divulgação de riscos, que se mostraram insuficientes para prevenir a tragédia e garantir um comportamento corporativo alinhado com os princípios de sustentabilidade.

Além disso, a análise sugere que a busca incessante pelo lucro, ainda é predominante em muitas corporações, como demonstrado pela falta de uma abordagem preventiva nos relatórios de 2018. A inclusão de tópicos sobre riscos socioambientais nos anos subsequentes ao desastre pode ser vista como uma tentativa de reverter a imagem da empresa, mais voltada para o marketing corporativo do que para uma mudança efetiva na gestão de riscos.

Portanto, essa pesquisa contribui para o entendimento da fragilidade dos mecanismos de transparência e governança empresarial, evidenciando que práticas de responsabilidade socioambiental, muitas vezes, são mais superficiais do que genuínas. A tragédia da Braskem em Maceió serve como um caso exemplar das falhas em processos de gestão de risco e de comunicação com os investidores e a sociedade, reforçando a necessidade de um sistema mais rígido e transparente de monitoramento e fiscalização dos impactos socioambientais nas operações empresariais.

Contudo, pela natureza desta pesquisa, seus resultados não podem ser generalizados. Além disso, destaca-se como limitação da pesquisa, o rigor metodológico empregado no estudo, dado que a apresentação das evidências ficou muito a cargo do entendimento da pesquisadora, sobre o conteúdo dos relatórios investigados. E como sugestão, sugere-se que futuras investigações expandam a análise para outras empresas do setor químico e de mineração, a fim de comparar suas práticas de gestão de riscos socioambientais. Além disso, uma pesquisa ao longo dos anos poderia investigar o impacto da tragédia de Maceió nas práticas empresariais e nos resultados financeiros da Braskem, também analisando as percepções dos stakeholders após

o desastre, por meio de entrevistas, a fim de compreender a confiança nas ações de responsabilidade socioambiental da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIQUIM. A indústria química, 2022. Disponível em: <https://abiquim.org.br/industriaQuimica>. Acesso em: agosto de 2024.

ANDREOLI, Tais Pasquotto; BATISTA, Leandro Leonardo. Possíveis Ações Regulatórias do Greenwashing e suas Diferentes Influências na Avaliação de Marca e no Julgamento dos Consumidores. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 19, n. 1, p. 29-52, 2020.

ANTONOVZ, T. Contabilidade Ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

Brasil, Bolsa e Balcão. Exclusão Braskem ISE. B3, 2023. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/b3-exclui-braskem-do-indice-de-sustentabilidade-empresarial.htm. Acesso em: agosto de 2024.

BRASKEM, 2018. Política Empresarial - – Política Global de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/portal/Principal/arquivos/imagens/Pol%C3%ADtica%20Global%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

COSENZA, J. P. (2012). Breve Panorama Da Contabilidade Socioambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, 17(Ed. Especial), 101-104.

CRESWELL, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre, RS: Penso.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. (CMV). RESOLUÇÃO CMV Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol080.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

ELKINGTON, De John. Há 25 anos , cunhei a frase " Triple Bottom Line ". Eis por que é hora de. [S. l.], 2018.

ELKINGTON, J. *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. Edição histórica de 12 anos. São Paulo: M. Books, 2012.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 4 edição, 2002.

INSTITUTO ETHOS. Relatórios de sustentabilidade, 2012. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/>. Acesso em: outubro de 2024.

MARTINEZ, A. L.; RAMALHO, V. P. Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, [S. l.], v. 16, n. 49, 2017. DOI: 10.16930/rccc.v16n49.2366.

MUNCK, L. *et al.* Modelos de gestão de competências versus processo de validação. Um ponto cego? *Revista de Administração*, v. 46, n. 2, p. 107-121, 2011.

NETO, João A.; ANJOS, Lucas Cardoso dos; JUKEMURA, Pedro K.; *et al.* ESG Investing: um novo paradigma de investimentos? São Paulo: Editora Blucher, 2022.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: julho de 2024.

OLIVEIRA, Kamilee Lima; DIAS Clara Angelica Goncalves Cavalcanti. O direito transacional e a responsabilização da Braskem pelo afundamento dos bairros em maceio. v. 19 n. 1 (2023): Dossiê “O direito transnacional no Brasil”.

PEREIRA, N. S. P.; PEREIRA, C. A.; MONTEIRO, R. P. Relatórios de Sustentabilidade: Ferramenta de Interface no Desempenho Social, Econômico e Ambiental das Organizações. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, v. 3, n. 5, 2015.

REIS, Helio Arthur Irigaray, STOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas, 2022. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(4), 1–4. <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>.

RIBEIRO, M.S. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, O. M. (2017). *Contabilidade Geral* (10ª ed.). São Paulo: Saraiva.

SANTOS, AD, Iudícibus, SD, & Eliseu Matins *et al.* (2022). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC* (4ª ed.). Grupo GE.

SANTOS, J. A. E. *et al.*. A Criação de Valor e o Nível de Disclosure do Relato Integrado. 18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2021.

SILVA, S. S.; REIS, R. P. Sustentabilidade nos discursos empresariais: uma luz no fim do túnel ou perfumaria? XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011

TRIPATHI, V.; BHANDARI, V. Socially responsible investing—An emerging concept in investment management. *FIIB Business Review* 3 (4): 16–30, 2014.

UNEP - Options for decoupling economic growth from water use and water pollution. Report of the International Resource Panel Working Group on Sustainable. 2018.

WORLD BANK GROUP. Annual Report 2018. Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development, 2018.